

Solar do Alvarinho de Melgaço

Reunião Ordinária de 17-09-2025

Ata nº 19

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
Maria Lina Cunha	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	P
Daniel Alves	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 11-09-2025

Operações Orçamentais	402 890,43 €
Operações de Tesouraria	727 156,96 €
Documentos	0,00 €

Início da reunião: 14:30 horas

Esta reunião foi secretariada por Sandra Cristina Pires, Chefe de Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara Municipal deu início à reunião, começando por cumprimentar todos os presentes e os que acompanham a reunião de forma remota.

Dá nota que se encontram no Solar do Alvarinho para esta que é a penúltima reunião do mandato, uma vez que, em princípio, só terão mais uma no dia 1 de outubro.

Nesta reunião pública e no período de antes da ordem do dia, antes de passar a palavra aos Vereadores, referiu que irá dar nota de algumas matérias que julga serem relevantes. Primeiro, deu nota de que veio para conhecimento dos senhores Vereadores, assim como irá posteriormente para conhecimento de todos os senhores Deputados da Assembleia Municipal, o relatório intercalar das contas a 30/06/2025, que está disponível para todos consultarem. Sobre este, deixou apenas alguns comentários que considerou importante esclarecer. Assim, referiu que o Município de Melgaço cumpre todos os limites perante a DGAL, com enfoque no que concerne à dívida, não existindo qualquer reparo nesta matéria, sendo importante que se desfaça a confusão que tem sido apontada pela Oposição em alguns fóruns, de que o Município de Melgaço apresentava, em 2024, 25 milhões de dívida, uma vez que isso não é de todo verdade. Referenciou, por conseguinte, que o Município apresentava, sim, 25 milhões no Passivo e, como era conhecimento de todos, 13 destes 25 milhões diziam respeito a diferimentos. Nas contas apresentadas a 30-06-2025, o Município apresenta 11 milhões de dívida entre médio e longo prazo e curto prazo, com cerca de 5,5 milhões de dívida de médio e longo prazo.

Continuou a sua intervenção, dando conta que decorreu, no início da semana, mais um arranque do ano escolar em todos os sectores de ensino, com toda a normalidade, do ponto de vista dos alunos que ingressaram e do ponto de vista dos transportes escolares. Deixou, depois, a nota de que também arrancou a execução da obra da sua segunda fase da Igreja de Paderne, uma obra de um montante próximo dos 1,7 milhões de euros. Apontou que este valor, a somar à obra da 1.ª fase, soma cerca de 2,8 milhões de euros de investimento na recuperação deste património fundamental para o Município.

Proseguiu, informando que foi já recebida a adenda do contrato de financiamento do Centro de Saúde, ficando, assim, com um financiamento total de 2,5 milhões de euros. Informou que, no dia anterior, foram entregues mais 3 habitações a famílias, duas delas recuperadas através do 1.º Direito e a terceira já com candidatura efetuada. Classificou este ato como um momento muito gratificante.

Terminou, com a informação que a Fibra Ótica nos locais do Concelho onde ainda não se encontrava colocada, vai finalmente avançar. Comunicou que se reuniu com a DST, a empresa que ganhou o concurso internacional para instalação de fibra em todas as zonas sombra do país, que lhe garantiu que irá iniciar os trabalhos precisamente por Melgaço, estando já marcada reunião com os técnicos que irão acompanhar no terreno. Explicou que estas obras irão permitir que todo o território que não tinha fibra, como é o caso de zonas em Castro Laboreiro, Lamas de Mouro, Cubalhão, Couso e Gave, fique completamente coberto de fibra ótica e com isso, todo o município, ficando cobertas com fibra ótica todas as habitações do Município.

Prosseguiu, felicitando os produtores de Alvarinho e neste caso, o produtor em concreto, Dona Paterna, que recebeu, recentemente num concurso em Hong Kong, mais 2 prémios: uma medalha de ouro e uma grande medalha de ouro. Por conseguinte, felicitou os produtores por todo o trabalho extraordinário que fazem.

Terminou, com a informação de que o Município recebeu 2 novas viaturas, ambas financiadas por fundos comunitários, uma para a área dos Resíduos e a outra para a Ação Social.

Tomou a palavra o Vereador Passos Rodrigo, que cumprimentou o Presidente, os Vereadores, os Técnicos da Câmara e o público.

Relativamente à afirmação do Presidente no que se refere ao Passivo e Dívida a Câmara, anuiu que o passivo se situa nos 25 milhões de euros e a dívida a 30-06-2025 nos 11,4 milhões de euros. Referiu-se à análise das contas semestrais, comentando que a análise ao Balanço nesta fase é meramente teórica. Narrou que, em termos práticos, a análise que pode ser feita é a nível da execução do orçamento e que, a este nível, a execução, à data, é baixa, situando-se em 50% do orçamento considerado a 30-06-2025. Afirmou que as despesas de capital podem ter origem em dificuldades na obtenção dos fundos comunitários e nos seus atrasos, e que, no entanto, a execução de despesa corrente, esta, também fica aquém do esperado.

Qualificou como preocupantes os rácios de liquidez reduzida e liquidez imediata. Disse que considera importante o saldo de exploração que se situa em 1,6 milhões de euros e refere a dívida por habitante que, a esta data, era de 1.100 euros por habitante, sendo este, na sua opinião, um valor elevado.

Apontou que um outro dado preocupante é o prazo médio de pagamentos e que, ao nível dos municípios, apenas a Câmara de Tábua tem um prazo maior.

Continuou a sua intervenção e interpelou o Presidente da Câmara, no sentido de falar com a ULSAM, uma vez que os tempos de espera neste momento no Centro de Saúde são inadmissíveis. Considerou que a forma como está desenhado o agendamento de consultas não permite eficácia e é necessário fazer pressão com a ULSAM para tentar resolver esta questão.

Para terminar, o Vereador Passos Rodrigo congratulou-se com os prémios recebidos pela D. Paterna.

Tomou a palavra o Vereador Manuel Fernandes, que cumprimentou todos os presentes e o público que segue online.

Afirmou congratular-se com a notícia da fibra ótica, considerando ser efetivamente uma boa notícia. Questionou o Presidente sobre o calendário de execução, ou seja, para quando o Município terá fibra ótica em todo o seu território.

Solicitou, seguidamente, o envio do parecer da APA relativo ao Espelho de Água de Castro Laboreiro.

O Presidente da Câmara retomou a palavra, para responder às questões colocadas pelos Vereadores. Nesta senda, começou por se referir à informação financeira a 30-06-2025, afirmando que a informação mais fidedigna só se verificará no final do ano. Sublinhou a

questão da dívida e que é importante distinguir os conceitos de dívida e passivo. Explicou que a questão da dívida, embora se cumpram todos os limites, é algo que se tem tentado consolidar ao longo dos anos, sendo verdade que também tem que haver investimento, o que, numa fase como a que atualmente se vive de grandes investimentos, é normal que a dívida de curto prazo a fornecedores possa aumentar e consequentemente o prazo de pagamentos.

Em relação à questão do Centro de Saúde, referiu que, daqui a um ano sensivelmente, todos os Municípios do Alto Minho terão Centros de Saúde altamente qualificados. Admitiu a importância do trabalho de atendimento e que é verdade que os edifícios de per si não resolvem os problemas, precisando de gente, recursos humanos e outros para que o atendimento tenha a qualidade que as populações necessitam. Informou que os Municípios apenas podem fazer pressão, pois não cabe à Câmara Municipal, pelo menos até agora. Afirmou não saber se será feita evolução no sentido de que a competência da saúde seja atribuída aos Municípios do Alto Minho e que, neste momento, nenhum deles tem a competência na área da saúde, não competindo, portanto, ao Município, a gestão das respostas de saúde, reiterando que apenas lhe compete fazer pressão no sentido de que essas respostas sejam ajustadas. Lamentou que este Governo que tanto prometeu em nome da saúde não tenha, ainda, designado um representante da população civil dos Municípios no Conselho de Administração de ULSAM, porque a Senhora Ministra da Saúde e também o Senhor Diretor Executivo do Sistema Nacional de Saúde ainda não diligenciaram para a nomeação, tendo sido feita a indicação da pessoa há muito tempo, pela CIM do Alto Minho.

Em relação à questão da fibra, referiu que não tem um calendário, mas que o compromisso deixado pela empresa DST é que seria com a maior brevidade possível, facto pelo qual não quis adiantar prazos.

Tomou a palavra o Vereador Manuel Fernandes que afirmou, tanto quanto sabe, que o processo de nomeação do representante da CIM no Conselho de Administração da ULSAM está com a CRESAP, que terá de apresentar 3 nomes à Senhora Ministra da Saúde para escolher 1 nome. Ainda sobre este assunto, recordou, também, que não é um processo novo e que já se arrasta do anterior Governo.

O Presidente da Câmara Municipal tomou novamente a palavra, afirmando que, efetivamente, o processo não é recente, no entanto, houve um período em que a CIM entendeu que deveria esperar e não apresentou nome, porque na altura se falava da reestruturação integral do Conselho de Administração, algo que veio a acontecer mais tarde, tendo sido apontado um nome que não passou na CRESAP.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

268. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 8 de 16-04-2025, a Ata n.º10 de 14-05-2025 e a Ata n.º11 de 28-05-2025.

Após algumas retificações apontadas pelo Vereador Passos Rodrigo, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n.º8 de 16-04-2025, Ata n.º10 de 14-05-2025, e Ata n.º11 de 28-05-2025, não tendo participado na votação os vereadores que não estiveram presentes nas respetivas reuniões.

Esta deliberação foi aprovada em minuta

269. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

270 Presente requerimento da Bikeservice Sociedade Unipessoal, com sede na Travessa das Esqueirinhas - Navais, a solicitar autorização para a passagem pelo Concelho de Melgaço da prova desportiva, "Monção e Melgaço Granfondo 2025", a realizar no dia 21 de setembro de 2025, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 9954 de 29-08-2025, a autorização da Prova Desportiva – "Monção e Melgaço Granfondo 2025", a realizar no dia 21 de setembro de 2025.e no uso da competência prevista conforme o disposto no artigo n.º1 do artigo 15º/1 do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento nº.306/2018 de 23-05-2018, autorizar o respetivo corte/condicionamento de trânsito.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

271. Presente para efeitos de aprovação a minuta de Protocolo de Colaboração Intermunicipal para a Criação do Centro de Criação do Alto Minho "em Cadeia", que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 10255 de 10-09-2025 e no uso da competência prevista na alínea u) no n.º1 do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração Intermunicipal para a Criação do Centro de Criação do Alto Minho "em Cadeia".

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

272. Presente para efeitos de aprovação a isenção de pagamento das entradas na Rede Melgaço Museus, nos dias 27 e 28 de setembro de 2025, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 10290 de 11-09-2025 e no uso da competência prevista na alínea e) no n.

º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a isenção de pagamento das entradas na Rede Melgaço Museus, nos dias 27 e 28 de setembro de 2025.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

273. Presente para efeitos de aprovação a proposta das normas do concurso dos "Medos", que ficará anexa a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 10305 de 11-09-2025 e no uso da competência prevista na alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação das normas de participação no Concurso dos Medos 2025.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

274. Presente para efeitos de aprovação as normas de participação na Festa do Espumante 2025, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vereador Manuel Fernandes colocou a questão de saber se não deveriam ser só aceites os Espumantes com o selo Monção, Melgaço.

O Presidente da Câmara Municipal referiu que, atualmente, no Município, os Espumantes são de elevadíssima qualidade e que considera que não se deverá pôr mais esse peso nos produtores, mas aludindo que, se no início da Festa, poderia haver alguma dúvida relativamente à qualidade dos Espumantes, considera que, atualmente, esta questão não se coloca. Disse acreditar que, de momento, a pressão deveria ser feita com a DO, e, aí, o setor terá muito a ganhar, facto este que confessou esperar ver no futuro.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 10298 de 11-09-2025 e ao abrigo das competências conferidas pela alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a aprovação das Normas de participação na Festa do Espumante 2025.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

275. Presente para efeitos de aprovação a proposta de auxílios económicos de ação social escolar - Candidatura Extemporânea, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 10288 de 11-09-2025 e no uso da competência prevista na alínea hh) nº.1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da proposta de auxílios económicos de Ação Social Escolar - Candidatura Extemporânea.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

276. Presente para efeitos de aprovação a proposta de auxílios económicos de ação social escolar - Candidatura Extemporânea, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 10291 de 11-09-2025 e no uso da competência prevista na alínea hh) nº.1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da proposta de auxílios económicos de Ação Social Escolar - Candidatura Extemporânea.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

277. Presente para efeitos de aprovação a proposta de apoio económico no domínio da ação social, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 10302 de 11-09-2025 e no uso da competência prevista na alínea u) nº.1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da proposta de apoio económico no domínio da ação social.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

278. Presente pedido da Associação Raízes de Castro Laboreiro, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 9.840,00€, para fazer face às despesas efetuadas com a realização da Festa Crasteja, que decorreu de 13 a 15 de agosto de 2025, que ficará anexa a presente ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 10235 de 09-09-2025 e no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a aprovação da concessão de um subsídio no valor de 9 840,00€, para fazer face às despesas efetuadas com a realização da Festa Crasteja, que decorreu de 13 a 15 de agosto de 2025.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

279. Presente requerimento em nome de Aprígio Manuel da Costa, representante da herança, aberta por óbito de Maria Margarida Rodrigues - Cabeça de casal, a solicitar a emissão de certidão de compropriedade indivisa, relativa aos prédios inscritos na matriz predial rústica sob os artigos 69.º, 167.º, 176.º, 185.º, 718.º, 880.º da Freguesia de S. Paio e o artigo 18.º da União de Freguesias de Prado e Remoães, que ficará anexo a esta ata. O técnico dos serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 10148 de 05-09-2025 e para efeitos do disposto no nº.1 do artigo 54º. da Lei nº.91/1995, de 2 de setembro, alterada pela Lei nº.64/2003, de 23 de agosto, aprovar a emissão de certidão de compropriedade indivisa relativa aos prédios inscritos na matriz predial rústica sob os artigos 69.º, 185.º da Freguesia de S. Paio e o artigo 18.º da União de Freguesias de Prado e Remoães.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Arquivo Municipal de Melgaço

280. Presente para efeitos de aprovação a aceitação de contrato de depósito do arquivo da Família Saavedra Marinho, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.



O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 10292 de 11-09-2025 e no uso da competência prevista na alínea j) nº.1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação e aceitação de contrato de depósito do arquivo da Família Saavedra Marinho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

281. Ofício da Junta de Freguesia de Cristóval, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 2.650,00€, destinado ao pagamento de trabalhos efetuados na pavimentação em cimento no largo da Fonte Pública, na Rua da Esquipa. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vereador Passos Rodrigo colocou algumas questões e reservas em relação à documentação apresentada, pelo que o Presidente da Câmara, mediante as alegações apresentadas pelo Vereador Passos Rodrigo e com a concordância de todos, retirou este assunto da reunião.

O Executivo deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Gestão Municipal

282. Presente para efeitos de ratificação a aprovação da emissão de parecer prévio favorável para a celebração de "Contrato de tarefa para motorista pelo prazo de 10 meses", que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 9552 de 21-08-2025 e no uso da competência que lhe confere o n.º 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções públicas, conjugado com o n.º 1 do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de setembro, e com o artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio e o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a aprovação e ratificação do parecer prévio favorável para a celebração de "Contrato de tarefa para motorista pelo prazo de 10 meses".

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

III – Intervenção do Público

Pidiu a palavra o Sr. Bernardino de São Paio, para apelar no sentido de saber se a Câmara Municipal poderá fazer alguma coisa relativamente à questão do gado à solta em São Paio. Informou que o dono não se importa e o gado anda à solta, prejudicando os agricultores locais e que já têm chamado a GNR, sendo certo que estas autoridades não têm feito nada.

O Presidente da Câmara Municipal referiu que já é um assunto antigo, que já têm intervindo, inclusive têm realizado reuniões com o dono dos animais e que voltarão a chamar à atenção e a pressionar junto da GNR para intervir.

O Vereador Manuel Fernandes acrescentou que a GNR é obrigada a intervir por força da Lei, e que, portanto, não se pode demitir das suas funções.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16:30 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Scandar Enshine Rines, Chefe de Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal


Manoel Batista Calçada Pombal

